



Anais da Assembléia

Nº 35

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 1975

ANO I

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 48ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1975
(Sexta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Maurício Fruet.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Deputados: Srs. Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse, Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Mugiaty Filho, Nelson Buffara, Rosário Pietelli, e Wilson Fortes (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela Ordem). Sr. Presidente, requiero a chamada dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa deferiu. O Sr. 1º Secretário procederá chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1º Secretário — (procede a chamada).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 20 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da Sessão.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicitaria à Mesa, dentro do beneplácito que tem havido, que suspendesse a sessão por 10 minutos, a fim de que os Srs. Deputados que se encontram na Casa fossem chamados. Porque, muitos Srs. Deputados estão em seus gabinetes tratando de problemas de seus municípios, razão pela qual não se encontram neste Plenário.

(1) SR. PRESIDENTE — A Mesa constatou o número legal para o funcionamento da Sessão.

De modo que não há necessidade de aprovação do requerimento verbal do nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, regimentalmente,

o envio de ofício aos Exmos. Srs. Secretário de Segurança, Diretor da Polícia Civil, Diretor do Deptº de Identificação e Diretor do Detran, solicitando que S. Exas. se dignem adotar as medidas necessárias, visando a instalação, em Rio Negro, de Posto de Identificação e Ciretran.

O referido Município, bem como o Estado, pela sua peculiar situação geográfica — cidade gêmea com Mafra (SC) — vêm sofrendo prejuízos em função da ausência destes serviços, uma vez que muitos de seus moradores, pelas facilidades encontradas, utilizam-se dos recursos no Estado vizinho.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Presidente Nacional do INCRA, que informe a esta Casa, se é constitucional a cobrança da Taxa de Melhoramentos Públicos Rurais, dentro do nosso Estado pelas Prefeituras Municipais.

Creio que a referida cobrança é inconstitucional e até mesmo imoral, porque à tributação sobre o mesmo imóvel, as Prefeituras cobram, e o Tribunal de Contas até hoje não se pronunciou a favor ou contra a cobrança da referida taxa.

Com o exposto acima, vem esclarecer e unificar a cobrança em nosso território paranaense.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Engº Osires Stenghel Guimarães, solicitando melhor sinalização no trecho da Estrada do Café, situado na Serra do Cadeado, entre as cidades de Ortigueira e Apucarana, tendo em vista os repetidos acidentes que ali ocorrem envolvendo pessoas menos avisadas.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja designada uma Comissão de Parlamentares, para tomarem parte nos festejos a serem realizados no Município de Jaguariaíva, pela passagem de seu Centenário, de 1ª a 5 de maio próximo.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1975.

a) GABRIEL MANOEL

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos a satisfação grata de transmitir a esta douta Casa de Leis, um convite da Comissão Organizadora dos Festejos do 1º Centenário do Município de Jaguariaíva, que serão realizados de 1º a 5 de maio, próximo.

Temos em mãos expediente do Sr. Prefeito e dos Srs. Coordenadores dessas festividades, que passaremos a ler desta tribuna, e solicitamos da Presidência que representantes das duas bancadas desta Casa compareçam àquelas festividades.

O convite diz o seguinte: "A Prefeitura Municipal e a Comissão Coordenadora dos festejos do CENTENÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE JAGUARIAÍVA, têm a elevada honra de convidar V. Exas. para participarem dos festejos que se iniciam no próximo dia primeiro de maio, conforme a programação abaixo.

Certos de poderem contar com suas honrosas presenças, antecipam seus agradecimentos".

Sr. Presidente. ao encaminhar o convite à Comissão Executiva. solicito que esta Assembléia se faça representar naquelas festividades. E que a Mesa designasse Deputados da ARENA e do MDB para, com suas presenças, darem maior brilho àquelas festividades daquele povo humilde e trabalhador de nossa querida Jaguariaíva.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — SR. Presidente, Srs. Deputados.

Solicitei a palavra apenas para comunicar à Casa que a Cooperativa Mista dos Servidores do Estado, instituída em 15 de fevereiro de 1943, e transformada por lei estadual em 30 de novembro de 1951 em entidade de utilidade pública, através de portaria ocorrida em 1962, teve designada uma Junta Interventora e essa junta, com base na mesma portaria e sob cláusula de preservação de patrimônio, transou a sede dessa Companhia com a Companhia Café do Paraná, naquela época, pela importância de 30 mil cruzeiros.

Suspensa a Junta Interventora da referida Cooperativa, a nova Diretoria, judicialmente solicitou a anulação daquela venda, por entender contrário aos interesses financeiros da entidade.

Judicialmente obteve ganho de causa em 1ª instância, em 2ª instância e em última instância. Agora, segundo consta, novamente essa Cooperativa se vê em situação idêntica àquela anterior, com a desapropriação, por parte do Estado, de seu prédio localizado à Rua André de Barros, de grande valor comercial, sem que haja o devido ressarcimento.

A notícia nos chega em cunho oficioso. Tenho certeza de que nenhum ato arbitrário será cometido contra a parcela de servidores paranaenses que integra essa Cooperativa. De qualquer maneira, fizemos questão de deixar o alerta sobre a questão, esperando que providências não venham por parte do Secretário de Agricultura e nem por parte do Chefe do Executivo do Paraná.

Eram as observações que queríamos fazer, reservando-nos para abordar o assunto, se oficiais forem as notícias, em outra oportunidade, oferecendo maiores subsídios para apreciação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Jornais de ontem veiculam notícia a propósito da reunião realizada em Brasília entre o Ministro Dirceu Nogueira, da Pasta dos Transportes, e todos os Secretários de Transporte dos Esta-

dos. A notícia passaria despercebida, se fosse apenas uma informação da imprensa a propósito de rotineira reunião de Ministro com Secretários de Estado.

Todavia, a mim não passou despercebido o erro em que labora o Ministro dos Transportes, ao fixar a tese ministerial nos transportes, em relação aos Estados. Permito-me ler apenas um trecho dessa notícia que reproduz uma declaração enfática do Ministro Dirceu Nogueira. Segundo ele, não devemos estimular demasiadamente as rodovias e sim as ferrovias, criticando reivindicações generalizadas para a construção de terminais marítimos.

Segundo o Ministro, o Brasil deveria ter apenas três ou quatro portos destinados à exportação.

Esta posição do Ministro tem que ser analisada e criticada em dois ângulos diversos.

À primeira diz respeito às rodovias e o segundo aos terminais marítimos.

Parece que o Ministro dos Transportes, e ao que tudo indica isto é certo, desconhece que a nação brasileira é um país de dimensões continentais, que a nação brasileira é uma nação composta de vinte e duas nações, tal as dimensões geográficas de nosso território.

Desconhece também, o ministro dos Transportes que aqui em nosso país, desde os primórdios da sua caracterização como Estado independente, se criou na mente do brasileiro uma afirmação de rodoviarismo, criou-se, enfim, uma mentalidade rodoviária.

Desconhece o ministro que em nosso país é totalmente impossível criar, neste atual estágio de desenvolvimento, uma estrutura ferroviária que possa adequar-se às nossas necessidades de afirmação econômica.

Não vale para contestar esta afirmativa o exemplo dos Estados Unidos que se iniciou em termos de desenvolvimento e exploração do interior mediante a utilização das ferrovias, porque ali se criou, sim, a mentalidade ferroviária.

Mas, o que não se pode olvidar, é o fato de que, ainda com a mentalidade ferroviária, hoje, nos Estados Unidos o que vale para efeito de circulação de riquezas econômicas é exatamente a rodovia.

Não vale, também, para se contestar esta crítica, o exemplo europeu. O Brasil não pode nunca ser comparado à Europa para se estabelecer um paralelo neste setor. A Europa é constituída de países que se ligam tão intimamente em face da sua pequena dimensão, que não tem sentido mesmo de se desenvolver o setor rodoviário propriamente dito. Daí porque com maior alcance, se deu prioridade ao setor ferroviário.

O Governo Federal tem em nosso Estado 1.850 quilômetros de estradas de rodagem construídas. Desses 1.850 quilômetros, 1.200 quilômetros estão sob a jurisdição do DER que lhes dá a devida conservação. Cabe ao Governo Federal, então, a simplicidade de conservar tão só 650 quilômetros.

Pergunto eu: É o Estado do Paraná, aquele que dá um nível de sustentação econômica à nação brasileira, o mais aquinhado por estradas federais? Eu lhes respondo que não e lhes digo que o Estado do Brasil que recebeu mais verbas para a implantação de rodovias federais é o Estado de Minas Gerais, além de São Paulo.

E sem querer estabelecer uma comparação que poderia parecer odiosa, eu me pergunto e pergunto a Vs. Exas. por que o Estado do Paraná que é quem sustenta as divisas da nação aquele que devesse receber maior ajuda em termos de rodovias federais?

E vejo com olhos críticos porque essa tese ministerial represento aqui uma parcela do povo que não pode aceitar que o Ministro dos Transportes venha afirmar que a hora não é de construir estradas.

Pior ainda com relação aos terminais marítimos. Seguramente o Ministro dos Transportes não conhece o problema portuário do Paraná. Com toda a certeza ele desconhece que aqui

existem dois portos, um dos quais constantemente congestionado e outro entregue à mingua porque lá, por força do abandono a que o relegou o Governo Federal, não consegue ter condições de receber navios de grande calado para auxiliar exportar toda a produção do Paraná.

Vem ele afirmar temporariamente que devemos ter tão somente quatro terminais marítimos.

E os Senhores sabem o que isto significa?

Esses quatro terminais marítimos serão fixados em Porto Alegre, Rio de Janeiro, Santos e Nordeste e continuará o Paraná esquecido ainda uma vez, nos planos do Ministério dos Transportes. Já se passam muitos anos em que aqui não se investe, quer em rodovias federais, quer em terminais marítimos. Antonina está aí a lutar desesperadamente para se auto afirmar como uma cidade portuária e não o consegue porque o Governo Federal fundado, naturalmente, num erro de apreciação entende que se deva fixar, a política de terminais marítimos, em apenas quatro portos.

Já antevejo, com isto, que mais uma vez ficará o Paraná, esquecido.

Entendo que esta Assembléia que é formada por Deputados de diversas regiões e que melhor do que eu conhecem o problema rodoviário do Estado, não deve deixar passar em branco seu protesto, esta tese apresentada pelo Ministro dos Transportes, e devemos nós, todos, em uníssomo, manifestar a nossa crítica, a nossa apreensão por esta política que vai passar a ser desenvolvida, pelo Ministério dos Transportes, sob pena de, nas próximas safras, futuramente nós chegarmos ao colapso econômico, com o perecimento dos bens produzidos, pelo simples fato de que não temos por onde fazer sair, do Estado, a nossa produção econômica.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte?

Nobre Deputado Accioly Neto, estou ouvindo com muito interesse, com muita atenção e até com muito entusiasmo o pronunciamento de V. Exa. a respeito do que pensa e do que pretende fazer o Ministério dos Transportes, no momento representado pelo Sr. Ministro Dirceu Nogueira — que não é tido como um dos mais brilhantes nem dos mais capazes do Governo da República. O que me despertou interesse em todo o Paraná, notadamente no Governo do Estado que deve ser o primeiro a defender os interesses do Estado, o que me chamou a atenção e que eu acho que precisa ser dito nesta hora, é que, no momento em que se adotou neste País um centralismo administrativo e financeiro que mutilou a administração brasileira retirando dos Estados a sua competência e a sua autonomia, todas as regiões ficaram na dependência da boa vontade da administração federal. O Paraná, com isto, só tem sido prejudicado.

Nós pretendemos, da tribuna desta Casa, apresentar, com dados e com números, provas sobre o prejuízo que o Paraná tem sofrido com a mutilação da Federação brasileira.

Gostaríamos de, ao aproveitando o seu pronunciamento, dizer que o Paraná, não está pedindo favor, o Paraná não está pedindo privilégio, o Paraná pede apenas o que tem direito e se ele não tem obtido é porque está faltando à economia do Paraná que é procedente da falta de respaldo político, este respaldo político que se os homens que exercem cargos no plano federal não estão dando, nós da Assembléia começamos a dar, se não com a força que podemos não ter, mas, impelindo aqueles que têm para que façam alguma coisa, que sejam dignos da sua representação, dos seus mandatos, do poder que eventualmente exercçam neste Estado e neste País.

Muito obrigado.

O SR. ACCIOLY NETO — É preciso todavia, em face do aparte do nobre Deputado Osvaldo Macedo, que se faça justiça ao Sr. Secretário Osiris Stenghel Guimarães. — Faço tal ressalva, para que não pareça que o Sr. Osiris Guimarães na condição de Secretário dos Transportes, também coadjuvasse o Ministro dos

Transportes na sua total ignorância em relação ao sistema rodoviário do Paraná.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa., com o pronunciamento que faz, efetivamente, parece estar demonstrando que esta Assembléia, deve manter a consciência mais desperta quanto à problemática que assola nosso Estado.

Apenas, Deputado, parabenizando V. Exa. pelo pronunciamento que vem fazendo, apenas gostaria de fixar uma posição que é pessoal em relação à de V. Exa. Estamos acostumados a criticar o Governo Federal em tantas coisas que precisam ser criticadas, mas é preciso que nos atemos à área administrativa do trabalho do Governo Federal, que nos atemos à centralização hoje imposta, e também a um outro aspecto, que me parece o mais sério, e que me parece, aonde reside a raiz do problema da questão.

O grande culpado pela situação atual, parece-me o grande culpado, é o próprio Paraná, através dos seus homens públicos, através da sua consciência, porque a estes homens, cabe o papel de pleitear, de pedir, aquilo que o Paraná merece e tem direito.

Diante das coisas postas como estão; da maneira como se hoje distribuíram as coisas deste País, que é além da bancada federal, é preciso que as consciências estaduais, que as áreas de interesse do Estado, se levantassem em reivindicações sérias, para que possamos conquistar aquilo que realmente necessitamos.

Parece que V. Exa., no pronunciamento que faz hoje, procura atendimento a isso. A nossa crítica não é de hoje, as críticas que hoje estamos formulando, não se dirigem em especial ao atual Governo.

Mas, me parece que ficamos reduzidos nos homens que têm o dever de pleitear, de reivindicar, porque segundo me parece, ficamos reduzidos à condição apenas de espectadores e o que nos resta agora é esperar. Porisso, a tese de V. Exa., o trabalho de V. Exa., a palavra de V. Exa. hoje nesta Casa, alertando a consciência do poder político do Estado, me parece muito importante, para que de outro lado, em outros setores não nasçam estas reivindicações e estes apelos, mas, que se fixe aqui no Legislativo e daqui partam outras iniciativas e daqui partam as grandes reivindicações que o Paraná espera, para ser atendido pelos seus representantes. Obrigado.

O SR. ACCIOLY NETO — Deputado Enéas Faria, se eu entendo que o Poder Legislativo, se não tivesse nenhuma outra função, teria pelo menos uma que me parece a mais significativa e a que é mais objetiva a ser o Legislativo um despertar de consciências amorfas.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

A presença de V. Exa. nesta Casa e nesta Tribuna, ao lado de outros eminentes companheiros, vem demonstrar que o Legislativo desperta de uma antiga e incômoda letargia para cumprir o papel que V. Exa. está desempenhando agora.

O SR. ACCIOLY NETO — ... Agradeço a V. Exa.

É nesta condição que me pareceu válido vir à Tribuna para dizer ao Paraná que ainda uma vez a União, pelo seu Ministério dos Transportes tenta — porque razões não sei, mas com desespero — segurar o desenvolvimento do Estado e quer segurar pela única forma com que isto é possível, estrangulando a sua economia.

Quer, quando não permite que dentro do Estado circulem com abundância suas riquezas econômicas. Quer, quando estrangula seu único terminal marítimo, impedindo que as riquezas saiam do Estado e entrem aqui as divisas de que tanto necessitamos.

Entendo que neste caso devemos manter um posicionamento segundo o qual, acima de divergências partidárias, de pontos

de vista e convicções políticas, está o Estado do Paraná. E o Estado do Paraná, mais do que nunca, está a exigir de cada um de nós, deputados estaduais, de nossos deputados federais, e de nossos senadores, uma participação efetiva, contundente até, no sentido de impedir que coloquem peias em nosso desenvolvimento econômico.

E vejo com clareza nesta posição assumida pelo Ministério dos Transportes, o desejo impatriótico, de fazer com que nosso País, porque prezo o Paraná, fique reduzido à mercê de um desenvolvimento que na verdade é uma mistificação, não uma realidade efetiva sentida pelo povo.

Chega, e temos que dar um basta àqueles que de uma forma vil fazem com que os Estados membros da Federação acabem prejudicados, e no final das contas, prejudicada a própria Nação.

Parece-me que a Assembléia Legislativa deve levar esta preocupação à nossa representação federal para que lá, mais perto do Poder de decisão, faça sentir o erro em que se está incorrendo, não só no Paraná, mas em todo o País.

Não é crível que uma Nação que teve uma sangria violenta no Orçamento pra construir a Transamazônia, cujos resultados até hoje são duvidosos e cujas perspectivas são esfumaçadas, inverta de uma hora para outra os papéis, para criar um novo sentido no setor dos transportes, completamente antagônico àquele de gestões anteriores, do Governo Central, e que é o de implantar às obras rodoviárias para ligar o Brasil em todos os campos.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Eis que Sr. Deputado, a Estrada de Ferro Central do Paraná, planejada e executada para servir a um "corredor de exportação" já nasceu absoluta. E é indispensável até que todos nós que exercemos uma participação de Governo, levemos a nossa voz, a voz deste Poder, desta Assembléia, ao Governo Federal, para protestar contra a invasão de medidas que consideramos injustas, e mesmo protestar pelo abandono em que se encontra o nosso Estado. E também com o intuito de injetar, neste Estado, recursos federais.

Já é sabido que o ex-Ministro dos Transportes se desvinculou do Paraná. Chegou mesmo a riscar, com suas atitudes administrativas, o Paraná dos mapas das programações daquela Pasta.

Eis que o atual Ministro Dirceu Nogueira, que, como disse o nobre Deputado Enéas Faria, não se apresenta como um dos mais dinâmicos e de larga visão administrativa, no Ministério. É um homem de diálogo difícil, um homem que parece, foge ao entendimento franco, quem sabe e oxalá S. Exa. o Sr. Ministro de Transporte, possa facilitar o entendimento, através da proposição deste Poder Legislativo.

Parabéns a V. Exa., e que siga com sua proposição, no sentido de que o complexo rodoviário nacional possa ter uma injeção de dinamismo e entusiasmo e que o resguardo das reivindicações legítimas da gente paranaense possa continuar encontrando na atuação de V. Exa. um defensor intransigente.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Accioly Neto, perdoe-me se pretendo, nesta parte, conseguir que a Casa entenda como válidas as críticas que se faz a S. Exa. o Sr. Ministro dos Transportes, General Dario Nogueira, como também dirigidas ao Sr. Secretário dos Transportes do Estado do Paraná...

O SR. ACCIOLY NETO — Queria fazer um reparo: as minhas críticas são dirigidas ao Ministro dos Transportes e ainda ressalvei a posição do Secretário Osires Stenghel Guimarães.

O SR. IVO THOMAZONI — Só para que eu possa me situar, e para que não haja uma precipitação de nossa parte, no julgamento também das intenções do Sr. Ministro. Não tive ainda oportunidade, e pretendo fazê-lo hoje, de manter contato com o Sr. Secretário dos Transportes, para informar melhor do resultado da reunião que em Brasília possibilitou o diálogo do Sr. Ministro com todos os Secretários de Transporte dos Estados confederados.

Quer me parecer, da leitura da notícia distribuída pela Secretaria dos Transportes, que a manchete do jornal não atina com a notícia publicada. Porque, aquela reunião, segundo as informações, foi mais para um levantamento da situação rodoviária do País, quase que reunião para apresentação de um balanço em todos os Estados da situação da malha rodoviária e rede ferroviária responsável pelo escoamento da riqueza brasileira e para junho do corrente ano, estaria programada nova reunião do Sr. Ministro com todos os Secretários e, então sim, para se dar conhecimento das prioridades governamentais nesse setor importante para o desenvolvimento do País.

V. Exa., embora critique com certa veemência o Ministro dos Transportes, deve reconhecer que S. Exa., preocupado em dar continuidade às obras já iniciadas, tenha pretendido, não iniciar nova frente de trabalho para poder concluir aquela já iniciada.

Verifico que no Paraná inúmeras obras federais estão em andamento. Muitas delas como obras delegadas, entregues à responsabilidade do nosso Departamento Estadual, com ressarcimento previsto a curto prazo pelo Governo Federal. Muito embora se critique o plano de expansão das ferrovias, eu volto a me confessar satisfeito por verificar que a área jurisdicionada hoje pela Viação Férrea Paraná-Santa Catarina, recebeu sessenta por cento do total dos quilômetros de ferrovia programados para todo o território nacional.

Mas, vejo, também, que o Governo do Estado está preocupado em urgenciar obras federais no Paraná no setor rodoviário propondo-se, até, a encetar, a iniciar as obras como delegado para ressarcir-se mais tarde.

É o caso do problema Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná onde a maioria das obras federais já entregues à responsabilidade do Governo do Estado estão tendo seu andamento mais acelerado e há outras a serem iniciadas, como exemplo a que liga União da Vitória a Pato Branco, não citando outras que são do conhecimento de V. Exa.

Gostaria, nobre Deputado, de dizer que tem validade o pronunciamento de V. Exa. se estivesse consubstanciado mais num apelo desta Casa dirigido à bancada paranaense no Congresso Nacional, para que nossa bancada procure atuar mais junto às autoridades responsáveis por este setor.

Estamos verificando que outros Estados têm seus representantes praticamente nas salas e corredores do Ministério dos Transportes.

Eu mesmo já tive a oportunidade, acompanhando Prefeitos Municipais, de ter o privilégio de discutir com as autoridades do Ministério dos Transportes obras que consideramos importantes para o desenvolvimento de nosso Estado.

Mas, verificamos, temos, infelizmente, que confessar, que não está ainda havendo um espírito paranista a dominar a nossa representação federal.

Deus queira que o apelo de V. Exa. chegue até nossa representação federal para que eles, desta data até o mês de julho, quando se pedirá nova reunião com os Secretários dos Transportes, consigam colocar como prioridade as rodovias que o Paraná está necessitando com urgência.

Então, nobre Deputado, para que não haja nenhuma precipitação de nossa parte quanto ao julgamento das intenções do Sr. Ministro dos Transportes, que se procure gestonar pelos meios mais próprios, que é a nossa representação política para que o Ministro dos Transportes acredite que o Paraná está duplicando a sua produção e portanto necessitando urgentemente de condições melhores para o escoamento de nossas riquezas.

Fica, Deputado Accioly Neto, o meu reconhecimento e o meu aplauso pelo pronunciamento que V. Exa. faz. Mas que este pronunciamento não seja observado como se fôra de contestação, porque ainda não houve definição que pudesse prejudicar o Estado do Paraná. O que se fez foi um levantamento da situação; o que se pretende fazer em julho é a distribuição, é a publi-

cação das obras que deverão, no analítico do DNER merecer as melhores porções para a sua realização.

Muito obrigado.

O SR. ACCIOLY NETO — Agradeço o aparte de V. Exa., mas desejaria Sr. Deputado Ivo Thomazoni, fazer um reparo para uma expressão que V. Exa. usou para tentar defender, nesta oportunidade em que faço a ressalva, o Sr. Ministro dos Transportes — precipitação.

Veja V. Exa.: porque razão é que nós do Paraná não fazemos eco nos corredores dos Ministérios do Governo Federal?

É que, cada vez que se pretende aqui nesta Casa ou lá no Congresso Nacional tomar uma posição em defesa do Estado, estamos sendo precipitados. Acredito que, ainda que o Ministro dos Transportes nada tivesse dito, ainda que reunião alguma se realizasse, não haveria precipitação no fato de um Deputado pedir ao seu colega do Congresso Nacional, que implantasse uma mentalidade diferente no Ministério dos Transportes.

O SR. IVO THOMAZONI — Quando uso a palavra precipitação, quando disse que não houvesse precipitação no julgamento das intenções do Sr. Ministro, não foi com o sentido de pretender dizer que V. Exa. fora precipitado ao abordar o assunto desta tribuna, eis que tem validade o pronunciamento de V. Exa.; tão somente usei a expressão precipitação, quanto ao julgamento final que quer me parecer, V. Exa. fez, das intenções do Sr. Ministro dos Transportes.

O SR. ACCIOLY NETO — Ainda uma vez V. Exa. não tem razão, porque há duas formas de se julgar alguma coisa — ou se julga simplesmente as intenções que são exteriorizadas, ou se julga o fato consumado.

Cra, esta Casa não pode, de forma alguma, ficar impedida de julgar intenções, mormente quando tais intenções se afiguram prejudiciais ao Estado. Eu aqui não me sinto limitado. Não posso entender que o exercício do mandato parlamentar fique adstrito ao julgamento de fatos consumados. Nós temos, ao contrário, o dever de impedir que se consumem fatos atentatórios ao progresso do nosso Estado e do País; aliás, já estamos cansados de fatos consumados. Nos têm trazido, aos parlamentares, não a intenção, não se discute mais a intenção, mas, já nos trazem os fatos consumados e portanto irreversíveis. Não posso, no exercício deste meu mandato, ficar preso a isto.

O SR. TRAJANO BASTOS — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Inicialmente, desejo levar a V. Exa., cumprimentos do meu partido. V. Exa. traz a este plenário assunto da maior importância para o Paraná. Queremos crer que seríamos eternos contestadores, porque se afigura, como bem disse V. Exa., que o Paraná se torne eterno esquecido e não é somente no setor rodoviário mas, no setor da madeira. Quando da decretação do decreto-lei que criava distritos florestais no Brasil, Minas Gerais que nunca teve madeira ficou com 5 distritos, dos doze que o Governo Federal criou, e o Paraná, um Estado tradicionalmente madeireiro, ficou esquecido mais uma vez, neste assunto que nós já trouxemos à apreciação desta Casa e até agora, não recebeu o Paraná uma satisfação que viesse ao encontro dos interesses do Estado.

Isso acontece com a madeira, acontece com o trigo, acontece com o setor rodoviário. E se abordar estes problemas em defesa do Paraná, for contestar, seremos aqui eternos contestadores.

Conte V. Exa., toda a vez que trouxer a este Plenário causas que sejam do interesse do Paraná, conte V. Exa. repito, com o total apoio da bancada do MDB.

Muito obrigado.

O SR. ACCIOLY NETO — Obrigado, Deputado.

Sr. Presidente, acredito que ainda que não tenha fixado uma posição sobre o problema, despertou-se, ao menos, o debate em torno da questão. E desejo em outra oportunidade, breve, apresentar à consideração da Casa um requerimento dirigido aos deputados federais e aos nossos senadores, no sentido de se empenharem, não formalmente, mas se empenharem a fundo como

o fazem os outros representantes dos demais Estados, para fazer com que o Ministério dos Transportes, altere a sua política em relação às rodovias, e mais do que isso, que carregue para o Estado do Paraná, em troca daquilo que nós damos ao País, os recursos mais do que necessários à implantação que o sistema rodoviário capaz de fazer circular dentro do Estado, a sua riqueza econômica. E que como celeiro do mundo, levar pelos portos de Paranguá e Antonina, este devidamente aparelhado, a nossa produção para recebermos de volta as divisas com as quais pagaremos, por obras realizadas pelo Governo do Estado, o suor do homem do campo, o suor daquele que labuta de manhã à noite para que este Estado tenha uma posição de destaque no cenário Nacional.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Eminentíssimo Deputado, Accioly Neto, um paranaense ilustre que já ocupou importantes funções na administração pública do nosso Estado, jornalista e escritor, há aproximadamente dois meses voltou às lides de sua profissão no jornal "Gazeta do Povo" — onde dominicalmente focaliza em sua coluna problema de real importância para o nosso Estado — refiro-me a Pinheiro Junior, paranista por excelência, defensor intransigente dos maiores interesses paranaenses.

E há pouco tempo atrás em sua apreciada coluna, referindo-se a uma denúncia formulada pelo Deputado Enéas Faria, quando em aparte afirmou a existência nos porões do Palácio Iguaçu de obra mandada imprimir pelo Poder Executivo do Estado, diga-se de passagem, não o atual, e que orçou a importância de 900 mil cruzeiros, sob o título de "Paraná, terra de todas as gentes", como se nosso Estado fosse "a terra da Mãe Joana".

Na verdade este espírito paranista está faltando aqueles que têm obrigação de dirigir os destinos do Paraná. Não é uma crítica que pode também ser endereçada a tantos e tantos outros Governos que antecederam o atual. É necessária uma posição paranista. V. Exa. revela que há grande aplicação financeira em obras rodoviárias do Governo do Estado de Minas Gerais. Há pouco tempo era o Rio Grande do Sul o grande beneficiário com 1.700 km de estradas asfaltadas, nada cabendo ao Paraná.

Em termos de eletrificação, a COPEL, que é um exemplo para a Nação, está desenvolvendo uma grande obra em Salto Osório, com enorme aplicação de verbas e os lucros serão revertidos para a Eletrobrás, através da Eletrosul. Isto pode também ocorrer no setor de telecomunicações, assunto exaustivamente aludido na sessão de ontem da Assembléia Legislativa.

Talvez quando a SANEPAR conseguir colocar esgotos, quando a SANEPAR conseguir levar água para todos os lares paranaenses, também vá correr o mesmo risco que corre agora a TELEPAR, porque na verdade o Paraná continua sendo o Estado que ajuda a Nação brasileira sob todos os aspectos mas não recebe o mínimo indispensável para segurar sua indispensável infraestrutura.

De um lado estamos impensados pelo poder industrial, econômico e financeiro do Estado de São Paulo e de outro pelo inegável prestígio político de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul principalmente.

É necessário que o espírito paranista revelado por V. Exa. desta tribuna continue a ser preservado nesta Casa e tem V. Exa. todo nosso apoio nas reivindicações justas porque cabe a esta Assembléia Legislativa a iniciativa de proposições desta natureza.

O SR. ACCYOLI FILHO — Obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Quero aplaudir a iniciativa de V. Exa. desta tribuna e lembrar que até não é do meu feitio estar invocando matéria para vir à tribuna, mas me parece oportuno que incorporasse a este seu pronunciamento o que o próprio Secretário de Transportes, Osires Stenghel Guimarães diz com referência ao Ministério de Transportes: "garantir a continuidade das obras em andamento, sem contudo dar esperanças de novos contratos", em entrevista ao "O Estado do Paraná".

Dáí nossa preocupação como representantes da região Oes-

te do Paraná, uma região nua de estradas, que recentemente recebeu os benefícios da telecomunicação e que, lamentavelmente parece que vai passar para o Governo Federal. Tenho procurado sempre buscar saber porque passam os interesses do Paraná para o âmbito federal. Quero fazer alusão ao plano de transportes. Cascavel indiscutivelmente é um centro regional que as próprias autoridades chamam de terceiro polo geo-econômico do Estado do Paraná. No entanto as autoridades aeronáuticas do País entenderam que Cascavel não tinha suporte para ter um aeroporto. Já com projeto pronto, com verbas designadas, S. Exa. o Ministro da Aeronáutica ignorava que isso poderia ocorrer em Cascavel.

Então pergunto: será que estamos pertencendo a outro País? Será que estamos destacados do Brasil? Será que as autoridades não conhecem nosso Estado?

E quando vêm a esta tribuna, Deputados dos dois partidos ARENA e MDB, reivindicar um melhor posicionamento das obras rodoviárias, principalmente em nosso Estado, não são ouvidos. Será que não conhecem nosso Estado? Ou será que não sabemos fazê-los ouvir? Ou será que não nos damos a entender? Talvez não estejamos manipulando bem os instrumentos necessários a sensibilizar as autoridades, principalmente aquelas do setor dos Transportes.

Quero, neste instante, solidarizar-me com V. Exa. e dizer que incorporo meu apelo às autoridades para que realmente verifiquem, pelo menos através da arrecadação do Imposto de Renda, do ICM, verifiquem a arrecadação do Paraná, para saber que temos suporte de sustentação. O que precisamos é retribuição!

E, quando assumimos essa tribuna não o fazemos em caráter demagógico. Absolutamente. Quero deixar aqui o meu protesto pelo fato de que, quando um Deputado, da ARENA ou do MDB, vem à tribuna, parece que querem evitar que os assuntos aqui tratados, que os nossos protestos, extrapolem e vão a público.

Sr. Deputado, acho que a atividade parlamentar deve ser exercida de pleno direito, com todas as forças que ela representa.

Por essa razão, solidarizo-me com o pronunciamento de V. Exa.. E sugiro mesmo que se convide as autoridades, principalmente àquelas ligadas ao Ministério dos Transportes, para visitarem o Estado do Paraná. E verifiquem as obras que precisam ser implantadas em nosso Estado.

Não é só ficar falando que, provavelmente, isso possa acontecer, que possa haver entendimentos nesse sentido. E lembro até que os contratos que serão realizados se referem somente a aquelas estradas que já estão em execução, como seria o caso da Cascavel-Toledo; Cascavel-Campo Mourão, somente essas poderão ser executadas.

E tomo a liberdade de exibir uma fotografia estampada em nossos jornais, com caminhões atolados, ônibus parados, filas de caminhões de transporte de soja. Será que nossos jornais não chegam às altas esferas? Agradeço o aparte que V. Exa. me concedeu. O SR. ACCYOLI NETO — Muito obrigado, nobre Deputado, é uma honra o aparte de V. Exa.

E para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero sair desta tribuna ao menos com uma certeza. A certeza de que se abre um debate amplo neste foro de debates que é a Assembléia Legislativa, ao tempo em que se oferece ao Sr. Secretário Osiris Stenghel Guimarães, o necessário respaldo desta Casa às suas iniciativas na área federal, no sentido que corresponda aos índices de nossa produção econômica.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 75/73, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Floresta, Ivaí, Kaloré e Palmeira, objetivando o fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 75/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Ficam aprovados os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Floresta, em 20 de agosto de 1973, Ivaí, em 16 de julho de 1973, Kaloré, em 31 de julho de 1973 e Palmeira, em 20 de agosto de 1973, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUN- e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1975.

aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 80/73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com a Prefeitura Municipal de Paranaguá, objetivando a construção na sede daquele município, de prédio destinado ao Instituto Médico Legal. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 80/73.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 14 de setembro de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Estado dos Negócios da Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, e a Prefeitura Municipal de Paranaguá, objetivando a construção, na sede daquele Município, de prédio destinado ao Instituto Médico Legal.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1975.

aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 02/74, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Itambé, Mandaguari, Mandaguaçu, Maria Helena, São João do Triunfo e São Jorge D'Oeste, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 02/74.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Itambé, Mandaguari, Mandaguaçu, Maria Helena, São João do Triunfo e São Jorge D'Oeste, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL, e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1975

aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 24/74, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, e a União, por intermédio do Ministério da Educação e Cultura, destinado a aplicação de recursos na expansão e melhoria do ensino. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 24/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termos de Convênio celebrado

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, e a União, por intermédio do Ministério da Educação e Cultura, destinado a aplicação de recursos na expansão e melhoria do ensino, objeto da Mensagem nº 16/74.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1975.

aa) — BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 229/71, que declara de Utilidade Pública, a Casa Maternal Nossa Senhora Aparecida, do Bairro de Santa Felicidade, nesta Capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 229/71.—

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a CASA MATERNAL NOSSA SENHORA APARECIDA, com sede no Bairro Santa Felicidade, nesta Capital.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1975

aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 288/73, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Protetora de Animais de Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 288/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE PROTETORA DE ANIMAIS DE CURITIBA.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
a) LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 134/73, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Agrícola, na sede do Município de Castro. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 134/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um GINÁSIO AGRÍCOLA, na sede do Município de Castro.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
a) LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 28/74, que declara de Utilidade Pública, a Liga das Senhoras Católicas da Cidade de Sertaneja. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 28/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, a LIGA DAS SENHORAS CATÓLICAS DE SERTANEJA.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 56/74, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Tomazina, ambulância Willys ano 1966 e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 56/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Tomazina, a viatura de placa nº CE-29-00, ano 1966, marca WILLYS, ambulância, motor nº B.6.270078, pertencente à Secretaria de Saúde Pública, e que se encontra prestando serviços naquele município.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 97/74, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Paranacity, a data de terra sob nº 3 (três) da quadra nº 83 (oitenta e três), da Planta Geral da Cidade do mesmo nome. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 97/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Paranacity, a data de terra de sua propriedade, sob o nº 3 (três) da quadra nº 83 (oitenta e três) da Planta Geral da cidade do mesmo nome.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator

SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, lido da Tribuna, solicitando seja designada uma Comissão de Parlamentares, para tomarem parte nos festejos a serem realizados no Município de Jaguariaíva, pela passagem do seu Centenário. — **Aprovado.**

A Mesa designa os Srs. Deputados Gabriel Manoel, Enéas Faria e David Federmann, para comporem a referida Comissão, representando esta Assembléia naqueles festejos, determinando ao nosso serviço da Secretaria da Mesa, que considere esses Deputados dispensados do comparecimento às sessões.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente Nacional do INCRA, que informe a esta Casa, se é consti-

tucional a cobrança da Taxa de Melhoramentos Públicos Rurais, dentro do nosso Estado pelas Prefeituras Municipais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, objetivando melhor sinalização no trecho da estrada do Café, situado na Serra do Cadeado.

A Mesa esclarece ao Deputado que a Estrada do Café é uma rodovia federal portanto, sem ingerência do DER estadual. Então, fará o apelo ao Sr. Secretário de Transportes, para que ele encareça ao DNER a necessidade de melhor sinalização nessa rodovia. Assim, deixo de colocar em discussão e votação o referido Requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Secretário de Segurança, Diretor da Polícia Civil, Diretor do Instituto de Identificação e Diretor do Detran, visando a instalação de Posto de Identificação e Ciretran, em Rio Negro. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 28, à Hora Regi-

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 32/74, 11/75, 12/75 e de Lei nº 157/74.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 1/74, 27/74, 5/75, 13/75, 18/75, 24/75 e de Lei nºs 165/74, 177/74.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 63/74, 118/74, 139/74, 173/74, e 194/74.

marcando ainda, uma Sessão Extraordinária, para segunda-feira, dia 28, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 27/75 e 28/75.

Levanta-se a Sessão.

DECRETOS LEGISLATIVO:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 238/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

promover, JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, ocupante do cargo de Contador, nível PL "27", para o nível PL "28", da mesma carreira.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de abril de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 239/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

promover, os funcionários RUTH CARVALHO DE MELLO e JOSÉ PAULO ORTH, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, ocupantes do cargo de Economista, nível PL

"26" e PL "25", respectivamente, para os níveis PL "27" e PL "26", da mesma carreira.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 240/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

readaptar, WILSON KAIEL, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, ocupante do cargo da carreira de Oficial Legislativo nível PL "21", para a carreira de Economista, nível PL "25".

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 241/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

dispensar a pedido, WILSON KAIEL, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo de Chefe de Gabinete da 3ª Secretaria.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 226/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1574/75, de 04 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ZANAIDE SILVA FILPO, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 05 de novembro de 1969 e 05 de fevereiro de 1974, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias referentes ao ano de 1973 e de quinze (15) dias de 1972, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 228/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista

o que consta do processo protocolado sob o nº 1226/75, de 24 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 129, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JORGE KUDRI, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, os seguintes períodos de tempo:

- a) — um (01) ano, sete (07) meses e vinte nove (29) dias, compreendido entre 02 de maio de 1955 e 1º de janeiro de 1957, de serviços prestados à Secretaria de Agricultura; e,
- b) — cinco (05) meses e seis (06) dias, compreendido entre 25 de julho de 1960 e 1º de janeiro de 1961, de serviços prestados ao Departamento de Estradas de Rodagem.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 233/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 61/75, de 6 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviços públicos de MARIA MOREIRA MACENO, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 07 de janeiro de 1963 e igual de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 234/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1756/75, de 7 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo do serviço público de DARCI ANTONIO BUDEL, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, nível PL "29", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, vencido em 11 de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 235/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista

o que consta do processo protocolado sob o nº 1484/75, de 3 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de OSVALDO MARQUES, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 10 de agosto de 1969, e 10 de junho de 1973, antecipado, em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias referentes aos anos 1969, 1970, 1971 e 1972, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 236/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1940/75, de 12 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, nos termos do Art. 247, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a BOANERGES MENEZES CALDAS, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, seis (06) meses de licença especial em virtude de não se haver afastado do exercício de suas

funções durante o decênio vencido em 23 de setembro de 1971.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 237/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1463/75, de 3 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

- I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de THEREZINHA FORMIGHIERI SIMÕES, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, os seguintes períodos de tempo:
 - a) — um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, compreendido entre 05 de maio de 1954 e 05 de março de 1964, antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1963, contadas em dobro; e,
 - b) — um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio, compreendido entre 05 de março de 1964 e 05 de março de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1964, 1965, 1967, 1971, 1972 e 1973, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário